

Renato Miguel do Carmo

Até onde vão os mercados? Contornos de uma sociologia da periferia

Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

revues.org

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

Referência eletrónica

Renato Miguel do Carmo, « Até onde vão os mercados? Contornos de uma sociologia da periferia », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 95 | 2011, posto online no dia 01 Dezembro 2012, consultado o 30 Janeiro 2013. URL : <http://rccs.revues.org/4406>

Editor: Centro de Estudos Sociais

<http://rccs.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em: <http://rccs.revues.org/4406>

Este documento é o fac-símile da edição em papel.

© CES

RENATO MIGUEL DO CARMO

Até onde vão os mercados? Contornos de uma sociologia da periferia

Este artigo visa estabelecer uma reflexão crítica sobre um conjunto de dinâmicas recentes que temos estudado em espaços considerados periféricos e predominantemente rurais. Habitualmente designados como territórios de baixa densidade, estas zonas padecem de graves problemas demográficos (despovoamento, envelhecimento, etc.) e socioeconómicos (falta de emprego, reduzida iniciativa privada e pública, desmantelamento das funções tradicionais, etc.), que contribuem conjuntamente para uma acelerada marginalização relativamente aos processos de modernização que se desenvolvem nas grandes cidades. No entanto, apesar de serem territórios em perda, observam-se, ao mesmo tempo, outras densidades menos tangíveis que refletem algum dinamismo social dos seus residentes, como é o caso da capacidade acrescida de mobilidade espacial. Tendo por base uma análise relacional entre as zonas rurais e as cidades, propomos desenvolver uma perspetiva sociológica que articule três dimensões fundamentais: as desigualdades sociais, as dinâmicas territoriais e as lógicas de acesso aos mercados e/ou exclusão destes.

Palavras-chave: acesso aos mercados; desigualdade social; espaço rural; espaço urbano; exclusão social.

Introdução

Nas aldeias o postigo detinha (e, provavelmente, ainda detém) uma função social assinalável, apesar de passar despercebido na vida social dos aldeãos e de alguns visitantes. Era essa precisamente a sua força, a de se poder entreabrir enquanto cá de dentro, do interior escuro da casa, uns olhos e ouvidos bem atentos retinham o que se ia passando lá por fora na rua. O postigo era tradicionalmente um reino feminino, um pequeno poder para as mulheres que, desta forma, acediam em primeira mão à informação, podendo dela dispor como se se tratasse de um pequeno monopólio. O segredo dos postigos encontrava-se na arte de os entreabrir sem que o observado desse por isso. Não se tratava de um ato de cobardia, pois envolvia até um certo risco na medida em que raramente a porta se trancava... e, por vezes, o

perigo rondava. Por exemplo, nas aldeias alentejanas, era por intermédio do postigo que se pressentia também a presença da autoridade repressiva, identificada muitas vezes com a figura dos guardas da GNR. Nestas ocasiões, o postigo constituía uma arma de defesa e de antecipação do risco eminente.

O postigo era assim uma pequena janela de informação a partir da qual se processavam os rumores e os mexericos que circulavam pela comunidade. Mas também era através dele que se ouvia a chegada do almocreve, do caixeiro-viajante ou de outros comerciantes que vendiam bens e artigos que vinham lá de fora, da cidade. O anúncio da sua chegada levava inevitavelmente a que a maior parte das portas se abrisse e as pessoas saíssem de casa para ir desvendar as novidades trazidas pela montra ambulante. Nesses tempos anteriores à urbanização dos campos, eram estes comerciantes que levavam os ‘mercados’ às costas, percorrendo trilhos e caminhos até chegarem aos potenciais consumidores.

Nos tempos atuais, as portas de madeira deram lugar aos alumínio brancos ou esmaltados que já não permitem a passagem de qualquer sopro vindo da rua. Apesar de algumas portas ainda manterem o retângulo do postigo, este reduziu-se à sua mera funcionalidade, servindo sobretudo para fazer o ar circular pela casa... uma espécie de regulador manual de ar condicionado para os menos favorecidos, que não podem usufruir do sistema mecanizado. Também já não é necessário manter o postigo aberto para ouvir o padreiro ou o peixeiro, pois estes já pouco apitam por aquelas bandas. As estradas melhoraram, mas foram feitas sobretudo para os aldeãos se deslocarem até aos centros urbanos, onde marcham à procura de trabalho alternativo ao setor agrícola, ou ao encontro das grandes superfícies recheadas de bens de consumo.

Esta pequena introdução em jeito de alegoria traça em breves pinceladas as mudanças que ocorreram em muitas aldeias, vilas e até pequenas cidades do país. Atualmente, estes lugares transformaram-se em espaços de intensa pendularidade, determinada em parte pela necessidade e, também, pela ânsia de consumir. Embora este não seja um fenómeno recente, visto que a mobilidade nos campos era sobretudo marcada pela procura de trabalho, verifica-se que esta detém presentemente outras componentes ligadas a um vaivém diário, que se aproxima do tipo de movimentos que se desenvolvem nas áreas metropolitanas. Assim, atualmente, para além da procura de trabalho, designadamente fora do setor agrícola, é o consumo que leva os residentes das aldeias a ter de se mover.

O objetivo principal do presente artigo é o de refletir sobre o impacto da mobilidade espacial em territórios periféricos e predominantemente rurais, tendo por base as dinâmicas relacionais que são estabelecidas em espaços mais urbanizados, designadamente pela via do acesso a novos mercados de

trabalho e de consumo. Apesar de escrito num tom ensaístico, este texto tem por base o trabalho empírico desenvolvido nos últimos anos sobre territórios não metropolitanos situados a sul de Portugal (Carmo, 2007; 2011). Do ponto de vista teórico, adotaremos como ponto de partida uma crítica à perspetiva da modernidade reflexiva recorrendo ao contributo de autores como Will Atkinson (2010). Sobre este questionamento proporemos três pilares analíticos que, do nosso ponto de vista, são determinantes para a consolidação de uma sociologia crítica. Na segunda parte do artigo incidiremos sobre o estudo dos espaços rurais, na qual identificaremos um conjunto de tendências recentes relacionadas com a mobilidade espacial e a reconfiguração dos mercados.

Cidades, capitalismo e sociologia crítica

A relação entre a cidade e o capitalismo é nevrálgica. Sem a possibilidade de constituição de grandes urbes cheias de população à procura de trabalho, dificilmente o capitalismo se teria desenvolvido e generalizado por esse mundo fora. A instalação de grandes fábricas necessitadas de mão-de-obra operária em cidades que se industrializavam conduziu à densificação destes territórios com população oriunda principalmente dos campos. Neste sentido, a história do capitalismo é também uma história da urbanização, sendo uma e outra faces interdependentes da mesma moeda (Harvey, 2011). Essa relação histórica continuou e aprofundou-se ao longo da fase avançada e recente do capitalismo de cariz mais financeiro. Como têm demonstrado alguns estudos, as cidades reforçaram o seu papel na aglutinação dos fluxos populacionais, muitos deles imigrantes, para além dos fluxos económico-financeiros (Castells, 2000; Sassen, 2000; Massey, 2007). Nas sociedades que se globalizam, as cidades tornam-se cada vez mais centrais, como bem analisa M. Castells (2000) na sua obra sobre os fundamentos da sociedade em rede.

Não se pode estabelecer uma evolução linear da cidade industrial do século XIX para a atual megacidade do mundo global. No entanto, é possível estabelecer um paralelismo entre ambas, no que diz respeito às estruturas sociais dominantes. Não deixa de ser curioso observar-se uma semelhança na abordagem de autores como K. Marx e F. Engels (1997 [1872]) com as mais recentes de M. Castells (2000) ou S. Sassen (2000), no sentido de se estipular um quadro dualista de análise das desigualdades sociais. A cidade do século XIX, que crescia à custa da expansão do sistema produtivo, era socialmente marcada pela oposição de interesses e de situações sociais entre duas classes sociais bem distintas: o operariado e a burguesia.

Do mesmo modo se depreende, nas cidades contemporâneas assentes numa economia do conhecimento e da informação, e segundo os estudos

referidos, uma oposição saliente entre os *insiders* – aqueles que estão dentro e dominam o sistema financeiro e os sistemas de informação – e os *outsiders*, excluídos destes palcos e remetidos à sua situação de precariedade laboral e residencial. A geografia interna destas cidades espelha parcialmente esta divisão estrutural. Como muito bem demonstrou H. Lefebvre (1974), a produção do espaço resulta assim de uma relação dialética com os sistemas sociais e económicos.

Embora se deva atenuar e relativizar o significado desta dualidade analítica, não é de todo descabido considerar que, ao longo destes dois séculos de urbanização e de industrialização, se tem evidenciado uma tendência estrutural, que foi evoluindo com mais ou menos variantes, na relação entre o avolumar físico e populacional das cidades e os modos de polarização social, designadamente no que se refere aos níveis de riqueza das classes do topo face ao agravamento das situações mais precárias que, neste momento, atingem principalmente, mas não exclusivamente, a população imigrante.

É certo que em muitas sociedades, sobretudo europeias, se verificou algum esbatimento das desigualdades sociais, designadamente entre os finais da década de quarenta a meados dos anos 1970. Os conhecidos gloriosos anos trinta, que entre outros aspetos se caracterizam pela implementação de sistemas consistentes de proteção social detendo uma importante função redistributiva, contribuíram para o aumento dos estratos sociais intermédios e para o suposto reinado das denominadas classes médias (Mendes, 2008). Embora não tenham destituído completamente o carácter dualista saliente na polarização social (talvez com a exceção dos países nórdicos), não há dúvida que os estratos intermédios se reforçaram muito durante estes anos. Num certo sentido, não é exagerado considerar que os mecanismos de polarização social, apesar de se terem atenuado em algumas cidades e países, coexistiram com o avolumar das posições sociais e, principalmente, dos estilos de vida intermédios.

Na verdade, e talvez mais do que a generalização objetiva da mobilidade social ascendente que atingiu parte considerável da população trabalhadora, o que de facto ocorreu foi a massificação de um modelo cultural médio que, tanto por pertença como por referência, começou a fazer parte de diferentes classes sociais. Um modelo médio, que se generalizou mais por via das práticas de consumo do que por uma efetiva ascensão social supostamente abrangente.¹ A cultura popular e a sua divulgação pelos meios de

¹ Alguns estudos recentes têm chamado a atenção para a compressão das classes médias, ocorrida em muitos dos países desenvolvidos, no que diz respeito às desigualdades de rendimento (Milanovic, 2011).

comunicação, como a televisão, tiveram aqui uma função essencial. Apesar dos estudos precursores de P. Bourdieu (2010 [1979]), bastante reveladores sobre estas questões (mas muito circunscritos à realidade francesa), está ainda por fazer uma sociologia que avalie a verdadeira amplitude e significado da ascensão das classes médias durante este período.

Independentemente das ressalvas mencionadas, este suposto modelo médio passou a ser uma referência para análise sociológica dos processos de modernização. Autores como U. Beck, A. Giddens e S. Lash (2000 [1994]) usaram e, de certa forma, abusaram desta conceção, que praticamente descurou a importância de cruzar uma sociologia da reflexividade, dos valores e das práticas culturais com uma sociologia das classes e das desigualdades sociais, como sempre fez P. Bourdieu. Estes sociólogos partiram do pressuposto de que, com a modernidade avançada, se caminhará para um objetivo nivelamento social e económico em torno dos estratos intermédios, assim como para uma cada vez mais pronunciada diferenciação individual. O aprofundamento de um capitalismo de bem-estar social, onde o capital e o trabalho davam as mãos por mediação do Estado social, parecia ter contribuído decisivamente para o esbatimento das desigualdades sociais. Por este motivo, a distinção já não se estruturava entre classes sociais mas sim entre indivíduos, passando estes a ser considerados como o fator essencial de diferenciação social. O indivíduo urbano e cosmopolita torna-se, assim, no centro da análise sociológica.

Com o dealbar da crise do *Subprime* em 2007, e tudo o que se seguiu, percebeu-se que, durante estas últimas duas décadas, parte do conhecimento sociológico influenciado pelas teorias da modernidade reflexiva padecia de uma relativa miragem sobre a realidade social, tropeçando no erro de se considerar que o bem-estar social não só era algo de adquirido como também se iria incrementar cumulativamente.

Faltou a estes autores um olhar mais atento para o trabalho desenvolvido pela sociologia e geografia urbana que, a partir da estrutura morfológica e social das cidades, identificou, como já referimos, fortes processos de polarização social e espacial. De facto, ao retermos alguma da sociologia produzida nos meados dos anos 1990, ficamos no mínimo confundidos entre os estudos que alertavam para o reforço da polarização social entre estratos sociais que constituem as megacidades (Castells, 2000; Sassen, 2000) e, do outro, o anúncio de ‘modernidades tardias’ que apontavam para a confluência dos estilos de vida e para uma certa homogeneização social em torno das classes médias (Beck, Giddens e Lash, 2000; Giddens, 1994).

Tendo como ponto de referência o que se passou recentemente com a crise económico-financeira, talvez se confirme a observação que lançámos

anteriormente sobre o facto de a polarização social ter coexistido com a massificação de um modelo cultural médio, que só parcialmente correspondeu a um efetivo processo de ascensão social das classes trabalhadoras. Como bem revelam os recentes estudos de W. Aktinson (2010), as classes não só continuam a ser determinantes como também se verifica que o acesso a esse modelo médio não é imune a formas de estratificação social. Ou seja, as práticas de consumo e os estilos de vida continuam a ser fortemente distintos, confirmando-se, deste modo, as conclusões evidenciadas por P. Bourdieu no seu livro *La distinction* (1979).

Uma outra componente essencial que caracteriza esse modelo identifica-se nas práticas diárias de mobilidade espacial, que alguns autores americanos definiram como *sprawl* urbano (Duany, Plater-Zyberck e Speck 2000; Ingersoll, 2006). Trata-se de um fenómeno que deriva das formas de suburbanização de muitas cidades que, a partir dos anos 1970, conheceram um acentuado crescimento das suas periferias habitadas maioritariamente por famílias pertencentes às supostas classes médias. Este fenómeno caracteriza-se essencialmente pela diversificação e intensificação dos movimentos diários de tipo pendular: casa – escola dos filhos – local de trabalho; trabalho – escola – supermercado – casa... A mobilidade pendular no espaço e repetitiva no tempo passou a ser uma condição fundamental para a generalização do modelo cultural médio. Como bem identificou A. Giddens (1989) na sua teoria da estruturação, a *durée* quotidiana é fortemente marcada pela rotinização das trajetórias espaço-temporais.

Neste sentido, podemos considerar que o enfoque nas práticas de consumo, nos estilos de vida e nas rotinas quotidianas, descurando uma análise das estruturas sociais, levou a que se tenha iludido o verdadeiro significado de uma suposta generalização das classes médias. Este dado é particularmente relevante por nos parecer que um outro tipo de sociologia teria emergido se a análise não tivesse descurado certas dimensões como a das classes sociais. Mas algo mais contribuiu para esta espécie de branqueamento das estruturas sociais. Em nosso entender, faltou nas análises sobre a modernidade tardia uma perspetiva crítica sobre o papel e a função dos mercados. Estes foram vistos como aliados do bem-estar social representando uma condição essencial para a vulgarização do tal modelo médio. Os mercados deixaram de ser entendidos como arenas de luta social das quais se produzem processos de desigualdade social, como bem identificou Weber (1989 [1922]), passando a simples palcos de atuação onde os indivíduos podem aceder a um manancial diversificado de opções em termos de consumos e estilos de vida. Os mercados tornaram-se a via essencial para autonomização e diferenciação individual.

Esta perspetiva acrítica sobre os mercados, conciliada com o olvidar da importância das estruturas sociais, produziu uma sociologia que contém desconstruir e reconfigurar. Do nosso ponto de vista, esta empreitada deverá compreender três eixos fundamentais: 1) o retomar de uma sociologia das estruturas sociais e das desigualdades;² 2) o assentar em territórios concretos de análise tendo em conta os contextos socioespaciais onde se produzem as ações e os processos de recomposição social;³ e 3) a emergência de uma sociologia dos mercados e a sua relação com os dois eixos anteriores.

O rural: mobilidades e mercado

Os estudos que temos vindo a desenvolver sobre zonas rurais – primeiro no Baixo-Alentejo (Carmo, 2007)⁴ e, mais recentemente, no interior algarvio (Carmo, 2011)⁵ – estabelecem essa relação entre o contexto dos territórios e a transformação ocorrida nas estruturas sociais. No entanto, apesar de a questão dos mercados não ter sido diretamente trabalhada nestas investigações, tentaremos nas páginas seguintes produzir uma reflexão sobre os resultados obtidos no que concerne à influência e à repercussão dos mercados nos espaços rurais.

Muitos destes espaços têm vindo a sofrer processos continuados de despovoamento e de envelhecimento, aos quais se alia a perda de funcionalidades sociais e económicas mais ou menos tradicionais (como a redução do peso da atividade agrícola, de certas atividades comerciais e até de alguma pequena indústria). Estes e outros fatores aceleraram os processos de marginalização de muitas zonas rurais.⁶ No entanto, este dado não teve como

² Que em boa verdade nunca deixou de ser produzida tanto nacionalmente (cf. Machado e Costa, 1998; Estanque e Mendes, 1997; Santos, 1990; Ferrão, 1985), como internacionalmente (cf. Goldthorpe, 1980; Wright, 1994, 1983).

³ Na linha dos estudos desenvolvidos por J. Ferreira de Almeida (1999 [1986]) e J. Madureira Pinto (1985) sobre a freguesia de Fonte Arcada, recentemente revisitada (Pinto e Queirós, 2010), e por A. Barros (1986) sobre o Baixo Alentejo.

⁴ No âmbito deste estudo aplicou-se, em 2003, um inquérito por questionário a 145 agregados residentes na aldeia de Albernoa (uma aldeia alentejana situada a 20 km de Beja). A análise foi complementada pela realização de 13 entrevistas aprofundadas.

⁵ Este livro resultou de um projeto de investigação financiado pela FCT, no qual se realizou uma comparação entre dois concelhos do interior algarvio: São Brás de Alportel, situado entre os municípios de Faro, Tavira e Loulé, e Alcoutim, localizado entre Castro Marim e Mértola (concelho alentejano). Para o efeito aplicaram-se 410 inquéritos no primeiro concelho e 268 no segundo, tendo por base amostras representativas. Foram também realizadas 9 entrevistas aprofundadas a dirigentes associativos.

⁶ Estes e outros processos que se aceleraram em muitas zonas rurais do país, desde os finais dos anos 1970, foram identificados e analisados por diversos estudos sociológicos e antropológicos (cf. Almeida, 1999; Lourenço, 1991; Silva, 1998; Sobral, 1999).

consequência direta um maior afastamento das pessoas relativamente ao acesso aos mercados. Pelo contrário, com o aumento das possibilidades de mobilidade por intermédio, primeiro, da motorizada e, mais recentemente, pela maior facilidade na compra de automóvel, as pessoas aproximaram-se dos mercados, apesar se encontrarem geograficamente distantes.

Os dados recolhidos, no âmbito dos estudos mencionados (Carmo, 2007 e 2011), sobre as práticas de mobilidade determinadas pelo consumo nas principais cidades das respetivas regiões, demonstram essa capacidade dos residentes de zonas mais periféricas se deslocarem regularmente aos meios urbanos para se abastecerem dos mais variados produtos. Por exemplo, a situação que encontrámos em Alcoutim é, de certa forma, paradigmática: apesar de ser um concelho que sofre de um profundo processo de despovoamento e envelhecimento demográfico, observam-se fluxos de mobilidade de consumo muito relevantes, direcionados, principalmente, para as lojas e centros comerciais localizados nas cidades do litoral algarvio, sobretudo para Faro (que dista a mais de 100 kms).

No que diz respeito a este último ponto, um dos dados mais relevantes das investigações realizadas aponta para a importância do consumo como um fenómeno centrípeto de atração de pessoas vindas das zonas rurais. A posse de automóvel próprio acaba por ser quase uma condição imprescindível para a adesão às práticas de consumo, visto que nestas zonas as redes de transporte público são muito limitadas (por exemplo normalmente adaptam-se aos horários escolares). A maior ou menor acessibilidade aos espaços urbanos é fortemente condicionada pela posse de meios de transporte próprio, o que significa a existência de um relativo capital económico.

De facto, embora a mobilidade se tenha generalizado nas diferentes camadas sociais, esta tem tendência a ser mais pronunciada nas classes sociais mais favorecidas e também nas mais escolarizadas. A posse de capital económico e/ou de capital escolar mais elevado(s) está normalmente associada a uma maior capacidade de mobilidade espacial. Por outro lado, do ponto de vista demográfico, são os mais jovens aqueles que apresentam uma maior propensão para se moverem regularmente. Em ambos os estudos se observaram correlações vincadas entre estas variáveis.

Outro fator que contribui para uma mobilidade de tipo pendular é o exercício de uma atividade profissional fora da zona de residência. Este fenómeno é muito marcado em zonas rurais que circundam as cidades mais importantes, designadamente capitais de distrito. Na verdade, quer no concelho de São Brás, quer no estudo realizado sobre a freguesia de Albernoa, identificámos fluxos muito consideráveis de população ativa a trabalhar nas maiores cidades em setores não agrícolas.

Estas e outras dinâmicas contribuíram para a expansão do modelo cultural médio que invadiu as vilas e as aldeias. Muitos dos estilos de vida urbanos são assimilados pelas populações rurais, designadamente nos mais jovens ou na população ativa. As pessoas acedem a este modelo por duas vias fundamentais: por intermédio dos meios de comunicação massificados e pelo contacto direto com a cidade – seja pelo exercício de uma atividade laboral, pela frequência escolar do ensino secundário ou superior (no caso dos mais jovens), ou pela intensificação das práticas de consumo.

Como referimos na introdução de maneira um tanto alegórica, se antigamente nas sociedades rurais eram os mercados que muitas vezes ‘batiam à porta’ das aldeias populosas, agora são os residentes das mesmas aldeias despovoadas que têm de se deslocar ao encontro dos espaços do mercado. À primeira vista, esta situação representa um certo retrocesso, na medida em que as deslocações dependem de muitos constrangimentos, pois nem todas as pessoas podem usufruir dos mesmos meios de transporte, nomeadamente de automóvel próprio. Por outro lado, como a intensidade das deslocações aumentou exponencialmente, podemos dizer que as populações rurais estão agora mais ligadas aos mercados. Se antes esperavam passivamente pela carroça ou pela furgoneta, que nem sempre chegava nas horas anunciadas, atualmente já não têm tempo para esperar e nem isso serve de muito, já que, como atrás mencionámos, grande parte das carrinhas ambulantes deixaram de passar pelas aldeias.

Por este motivo, a relação com o espaço urbano e com os mercados passou a ser mais ativa, determinada em grande parte pelas capacidades e condições de mobilidade. Mas também passou a ser mais dependente. Por exemplo, não faz muito sentido nem é muito sustentável empreender uma deslocação regular de uma aldeia ou vila ao supermercado da cidade para comprar bens essenciais como pão, carne ou leite, situação que acontece habitualmente. A mobilidade pode ser assim vista como uma conquista e emancipação das populações rurais, que deixaram de estar tão confinadas ao espaço aldeão, mas também é consequência de uma forte dependência, resultante da erosão social e económica ocorrida em muitas destas localidades, designadamente no que concerne à atividade agrícola cuja parte da produção se escoava para as cidades mais próximas.⁷

No fundo, a mobilidade é em parte consequência da necessidade. Quer como emancipação quer como necessidade, este é, todavia, o veículo

⁷ No decorrer destas últimas três décadas foi gradualmente emergindo um rural não agrícola cuja atividade fundamental deixou de ser a produção agrícola, transformando-se num espaço difícil de caracterizar mas que tende a incorporar outras valências, designadamente de ordem ambiental, paisagística e patrimonial (Baptista, 2011).

primordial pelo qual se dá uma maior relação das populações com os mercados, sendo por meio dos próprios residentes que os mercados chegam às aldeias. Este fenómeno é particularmente interessante na medida em que se, por um lado, grande parte dos territórios rurais estão cada vez mais periféricos e afastados dos centros urbanos, por seu turno observa-se que as pessoas tendem a estar mais próximas das cidades muito por via da sua ligação aos mercados. É devido a esta ligação regular que as populações transportam o tal modelo cultural médio para o interior das suas vilas e aldeias.

De uma certa forma pode estabelecer-se um contraponto com processos descritos anteriormente relativos à densificação das cidades. Na verdade, em contexto urbano e metropolitano a densidade física e populacional tem sido uma condição essencial para a expansão do raio de atração dos mercados de trabalho e de consumo. A urbanização e suburbanização favorecem o incremento dos mercados por meio da instalação de novas superfícies e plataformas comerciais que visam responder às necessidades crescentes de consumo. Este dado é relativamente óbvio. O que se verifica presentemente em muitas zonas rurais contraria, porém, esta relação: espaços que perdem densidade populacional e até física estão a tornar-se mais integrados nos mercados por via das formas de mobilidade espacial dos seus próprios residentes. Ou seja, nestes casos, são as densidades intangíveis que contribuem para essa maior ligação. Pois, como dizíamos no início do artigo, são agora as pessoas que ‘levam os mercados às costas’ para as suas localidades.

No entanto, nem todos os conseguem transportar devidamente e com a regularidade desejada. Na verdade, só mesmo aqueles que detêm níveis apropriados de capital económico e/ou escolar o conseguem fazer. Este dado é potencialmente gerador de novas desigualdades sociais, na medida em que populações mais pobres, como os idosos ou os imigrantes (residentes nestes espaços), detêm dificuldades acrescidas de mobilidade e de ligação com as cidades e respetivos mercados. Neste sentido, a mobilidade não é para todos e é também uma questão de classe social. Ou seja, podemos inferir que, no caso destes espaços, o modelo médio é transportado sobretudo pelos mais privilegiados.

São também as classes que detêm essa maior capacidade de mobilidade que podem escolher continuar a viver nestes espaços periféricos. Muitas delas retiram o melhor de dois mundos: usufruem, simultaneamente, da vida na cidade enquanto espaço de trabalho e de consumo, e da vida na aldeia enquanto sítio sossegado, seguro, com bom ambiente social, onde se pode viver em casas térreas e mais espaçosas. A fixação em zonas rurais que possibilitem o acesso a uma maior qualidade de vida resulta em parte dessa capacidade económica de produzir uma mobilidade regular.

Há mercado e mercado, há ir e ficar fixado

Por intermédio dos diversos inquéritos que aplicámos às populações de Albernoa, de São Brás de Alportel ou de Alcoutim, à pergunta, no final do questionário, se a pessoa gostaria de continuar a viver no mesmo sítio, as respostas foram esmagadoras no sentido afirmativo.⁸ Ou seja, se dependesse exclusivamente de vontade própria, grande parte das pessoas continuaria a residir na sua aldeia ou vila. Isto significa que a intensificação da mobilidade pendular para a cidade não aliciou a propensão de mudança para residir no meio urbano, pois, como se referiu anteriormente, muitas tentam tirar o melhor partido dos dois mundos: aceder à vida urbana por meio do trabalho, lazer ou consumo e, ao mesmo tempo, manter a residência rural onde podem desfrutar de uma qualidade de vida apreciável. Contudo, como também já referimos, nem todos poderão aceder a este equilíbrio entre dois mundos, pois este depende de um determinado nível de capital económico e escolar que é circunscrito a algumas camadas sociais.

Assim, paradoxalmente, verifica-se que a opção de continuar a viver no mesmo sítio depende, até certo ponto, da capacidade acrescida de mobilidade espacial e de acesso aos diversos mercados urbanos. Dito de outra forma, para que as pessoas se possam fixar, deverão estas deter as condições sociais e económicas básicas para se mover. ‘Ficar’ implica circular, e a única alternativa viável passa por não ter outro remédio senão sair de vez. Este tem sido o drama que afeta o destino da maior parte das populações rurais, sendo que os que saíram de vez o fizeram porque não detinham as condições básicas (designadamente, possibilidades de emprego) para poder aliar a vontade de ficar à necessidade de circular.

Como refere Milton Santos, o discurso e a perspetiva dominante nas ciências sociais tende a fazer equivaler a vida moderna a essa aptidão de movimento e de velocidade que caracteriza o tal modelo médio a que temos vindo a aludir. Os que ficam são normalmente considerados pré-modernos, arcaicos, porque enraizados aos lugares e às tradições. ‘Ficar’ é como que parar no tempo, significa olhar para trás, continuar preso ao postigo. Face a esta inevitabilidade analítica, o geógrafo brasileiro assinala o seguinte: “quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens” (Santos, 2002: 325).

⁸ Em São Brás e Alcoutim, mas de 90% dos inquiridos pretende continuar a viver nos respetivos concelhos. No inquérito realizado em Albernoa a percentagem é menor mas ultrapassa os dois terços.

A exorbitante mobilidade diária leva a um encadeamento quase seguidista pelas imagens que exaltam os mercados, através da informação, do marketing e da publicidade. O fenómeno designado de *sprawl* urbano representa a expressão mais radical dessa perdição pelo movimento moldado em grande medida pelas sugestões do apelo ao consumo. Em alternativa a este modelo, o autor brasileiro fala-nos dos ‘homens lentos’, que não pertencem nem objetiva nem subjetivamente à classe média, como, por exemplo, os pobres imigrados da cidade, “para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo fabulações. É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias” (*ibidem*). Os ‘homens lentos’ não correm para o mercado porque este lhes está vedado, por isso, ficam e olham mais fixamente para o futuro.

Seria interessante perspetivar esta analogia para as pessoas que pretendem ficar nos seus sítios, não porque se sintam abandonadas ou marginalizadas mas porque simplesmente gostam de pertencer às suas comunidades, mesmo que para isso necessitem de e apreciem ir circular por mundos mais urbanos. Mas o facto de voltarem e de poderem ficar dá-lhes a liberdade de abrir o postigo à lentidão do tempo que dominam e da qual não querem prescindir.

Conclusão

As cidades e os territórios envolventes estão cada vez mais interconectados por meio das ligações viárias e das respetivas deslocações, muitas delas de cariz pendular. Como vimos, ao longo deste pequeno ensaio, no que diz respeito aos espaços rurais essa conectividade estruturou-se, principalmente, por via da procura de trabalho não agrícola e pelas necessidades e práticas de consumo motivadas a partir dos modelos culturais de referência associados às classes médias urbanas. Com a instalação dos novos supermercados e hipermercados nas cidades e a simultânea erosão da produção agrícola nos campos, parte substancial dos fluxos entre os espaços rurais e urbanos passaram a ser condicionados por uma intensa procura dessas superfícies comerciais.

A direção e a intensidade destes fluxos inverteram as tradicionais relações entre os ‘mercados’ que se deslocavam às aldeias vendendo bens e serviços não produzidos nessas zonas e, por sua vez, a produção agrícola que se canalizava para as cidades de maneira a abastecer os seus residentes com alimentos frescos produzidos nas redondezas. Este equilíbrio comercial estruturava um contínuo *hinterland* entre campo e cidade. Na verdade, este conceito, que se popularizou na geografia comercial, designava precisamente essa conetividade entre o centro urbano, para a

qual se focalizava grande parte das trocas e das atividades económicas e culturais, e as zonas envolventes cujo âmbito se estendia aos espaços mais rurais (van Cleef, 1941).

Com a generalização dos processos que caracterizámos anteriormente, essa noção de *hinterland* esvaneceu-se, dando lugar a um profundo desequilíbrio entre as cidades e as zonas circundantes, que se tornam cada vez mais dependentes da dinâmica social e económica das primeiras. Contudo, o agravamento da atual crise social e económica talvez nos leve a reequacionar esta noção de *hinterland* de maneira a se poderem definir os eixos fundamentais de uma política direcionada para quem escolhe ficar nos seus próprios sítios.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (1999), *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editora [ed. orig.: 1986].
- Atkinson, Will (2010), *Class, Individualization and Late Modernity: In Search of the Reflexive Worker*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Baptista, Fernando Oliveira (2011), “Os contornos do rural”, in Elisabete Figueiredo (coord.), *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100Luz, 49-58.
- Barros, Afonso de (1986), *Do latifundismo à reforma agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (2000), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta Editora [ed. orig.: 1994].
- Bourdieu, Pierre (2010), *A distinção. Uma crítica social da faculdade de juízo*. Lisboa: Edições 70 [ed. orig.: 1979].
- Carmo, Renato Miguel do (2007), *De aldeia a subúrbio. Trinta anos de uma comunidade alentejana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2011), *Entre as cidades e a serra: mobilidades, capital social e associativismo no interior algarvio*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Castells, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Duany, Andres; Plater-Zyberck, Elisabeth; Speck, Jeff (2000), *Suburban Nation: The Rise of Sprawl and the Decline of the American Dream*. New York: North Point Press.
- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferrão, João (1985), “Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)”, *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-88-89, 565-604.
- Goldthorpe, John H. (org.) (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press.

- Giddens, Anthony (1989), *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta Editora.
- Harvey, David (2011), *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- Ingersoll, Richard (2006), *Sprawltown: Looking for the City on its Edges*. New York: Princeton Architectural Press.
- Lefebvre, Henri (1974), *La production de l'espace*. Paris : Éditions Anthropos.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família rural e indústria*. Lisboa: Fragmentos.
- Machado, Fernando Luís; Costa, António Firmino da (1998), “Processos de uma modernidade inacabada, mudanças estruturais e mobilidade social”, in José Manuel Viegas e Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que modernidade?* Oeiras: Celta Editora, 17-44.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich (1997), *O manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante [ed. orig.: 1872].
- Massey, Doreen (2007), *World City*. Cambridge: Polity Press.
- Mendes, Hugo (2008), “O caos normal do Estado Social num mundo em globalização”, in Renato Miguel do Carmo; Daniel Melo; Ruy Llera Blanes (coords.), *A globalização do divã*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 147-182.
- Milanovic, Branko (2011), *The Haves and the Have-Nots. A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*. New York: Basic Books.
- Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, José Madureira; Queirós, João (orgs.) (2010), *Ir e voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (1990), *Estado e sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Milton (2002), *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.
- Sassen, Saskia (2000), *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- van Cleef, Eugene (1941), “Hinterland and Umland”, *Geographical Review*, 31(2), 308-311.
- Weber, Max (1989), “Classes, status e partidos”, in Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias sociológicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 737-752 [ed. orig.: 1922].
- Wright, Erik Olin (1983), “O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 9-40.
- Wright, Erik Olin (1994), “Análise de classes, história e emancipação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 3-36.